

Ex.mos (as) Senhores (as),

Remetemos a V. Ex.as o N/ parecer por referência ao projeto de lei *supra* mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Direção

**SITAVA – Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos**

*Rua Cidade de Bissau, n.º 47 E – 32.1*

*1800-079 Lisboa*

*Tel.: 218.160.670 / 961.308.742*

*Fax: 218.160.679*

[www.sitava.pt](http://www.sitava.pt)

Assunto a cargo de: DOS

Min./Dact.: D/DG

Ofício n.º: **575/19**

Data: 19-12-2019

À Exma.  
Comissão Parlamentar de Trabalho e  
Segurança Social  
Palácio de S. Bento  
1249-068 Lisboa

10ctss@ar.parlamento.pt

Assunto: **Projeto de Lei n.º 50/XIV (BE). Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da troica que vieram facilitar os despedimentos e reduzir as compensações devidas aos trabalhadores, procedendo à décima sexta alteração à Lei 7/2009, de 12 de Fevereiro. (Separata n.º 1, DAR, de 19 de Novembro de 2019)**

Exmos. Senhores,

O direito à compensação ou indemnização por despedimento é um direito fundamental dos trabalhadores, constituindo uma das principais garantias da proibição dos despedimentos sem justa causa e do respeito pelo princípio da segurança no emprego.

Por isso, a política neoliberal prosseguida pelo Governo PSD-CDS/PP, sob orientação da troica, tendo na mira a completa liberalização dos despedimentos, tomou como um dos seus primeiros alvos no domínio laboral precisamente o valor destas compensações, na certeza que uma drástica redução do seu valor seria o caminho mais rápido e eficaz para a efetiva facilitação dos despedimentos, contornando por esta via os princípios constitucionais.

O SITAVA sempre repudiou veementemente todas as medidas e alterações legislativas que visaram redução das compensações por despedimento visando a sua facilitação e embaratecimento, pelo que concordamos inteiramente com a reposição de um regime mais justo e conforme com a garantia constitucional da segurança no emprego.



José Sousa  
(Secretário-Geral)